FACULDADE SOCIESC DE BLUMENAU

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

unisociesc

FACULDADE SOCIESC DE BLUMENAU

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Programa elaborado nos termos da Lei Federal nº 10.861/2004.

Blumenau/SC

Abri/2018

FACULDADE SOCIESC DE BLUMENAU

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição:	**Faculdade SOCIESC de Blumenau**	Cód.:	**1618**
Nome da Mantenedora:	Sociedade Blumenauense de Ensino Superior - SOBES		
Endereço da Instituição:	Rua Pandiá Calógeras, 272		
Cidade - Estado:	Blumenau - SC	**CEP:**	89010-350
Telefone:	(47) 2111-2900	**Site:**	www.unisociesc.com.br
Diretor:	Mário Henrique Thomé da Cruz		
E-mail:	mario.thome@unisociesc.com.br		
Diretor Acadêmico:	Flávio Garcia Sartori		
E-mail:	flavio.sartori@unisociesc.com.br		

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Nome	Representação
Amanda Lang	Representante do Corpo Docente - Presidente
Mirian Magnus Machado	Representante do Corpo Docente
Michael Samir Dalfovo	Representante do Corpo Docente
Sheila Simone Imroth	Representante do Corpo Técnico-Administrativo
Rosália Maria Senger	Representante do Corpo Técnico-Administrativo
Luana Pereira Mallmann	Representante do Corpo Discente
William Roberto Araujo Matuszewski	Representante do Corpo Discente
Marina dos Santos Dalfovo	Representante da Sociedade Civil Organizada
Gabriel Coelho	Representante da Sociedade Civil Organizada

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 5

2. BREVE HISTÓRIA NO TEMPO 6

3. PERFIL INSTITUCIONAL 9

4. A AVALIAÇÃO NA FACULDADE SOCIESC DE BLUMENAU 10

4.1. OBJETIVO GERAL 13
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 13
4.3. O PROCESSO AVALIATIVO 14
4.4. PRINCÍPIOS NORTEADORES 15
4.5. ETAPAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 16
4.6. A AVALIAÇÃO DAS 10 DIMENSÕES DO SINAES 17
4.7. MOBILIZAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO 19
4.8. FORMULÁRIOS DE AVALIAÇÃO 19
4.9. ESCALA UTILIZADA NO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO 21
4.10. VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO E TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS 22
4.11. A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO 23
4.12. ARTICULAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E OS DA AUTO AVALIAÇÃO 25

5. REFERENCIAL TEÓRICO 27

6. CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 31

7. DOS RESULTADOS 46

7.1. PLANO DE AÇÃO APÓS OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 46

8. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA 48

REFERENCIAS 52

ANEXOS 54

ANEXO 1 – FORMULÁRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL GRADUAÇÃO PRESENCIAL 54
ANEXO 2 – FORMULÁRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA 56

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – INTERLOCUÇÃO ENTRE OS SUJEITOS INERENTES À AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 14

FIGURA 2 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 15

FIGURA 3 - ETAPAS DO PROCESSO AVALIATIVO 16

FIGURA 4 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO ESTRATÉGICA: CAMINHOS QUE SE CRUZAM ... 24

FIGURA 5 - EIXOS E DIMENSÕES DO SINAES 32

QUADRO 1 - CORRELAÇÃO ENTRE AS 10 DIMENSÕES DO CONAES E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO 18

QUADRO 2 – DIMENSÃO X PERIODICIDADE 31

1. APRESENTAÇÃO

O Programa de Avaliação Institucional da Faculdade SOCIESC de Blumenau deve ser entendido como uma iniciativa projetada para abranger a avaliação em todas as dimensões das atividades da Instituição.

O caráter dialógico do presente documento, passível de modificações, indica que a CPA se abre às observações, críticas e sugestões que levem ao autoconhecimento, para que se consiga um desenvolvimento cada vez mais qualificado da Instituição.

O Presente Programa apresenta os procedimentos e sistematização do Processo de Avaliação Institucional, portanto, este instrumento é a referência da Instituição nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, elaborado com base no Roteiro de Autoavaliação Institucional – Orientações Gerais – INEP.

Coube à Comissão Própria de Avaliação da Faculdade elaborar, detalhadamente, como se dará a avaliação das 10 dimensões do SINAES, apresentando a sistemática que vai desde a sensibilização até a divulgação dos resultados e dos planos de ações em decorrência de todo o processo.

Comissão Própria de Avaliação

2. BREVE HISTÓRIA NO TEMPO

Após a decisão dos sócios do Colégio Universitário em iniciar atividades no ensino superior, com a criação da Sociedade Blumenauense de Ensino Superior - SOBES como mantenedora do Instituto Blumenauense de Ensino Superior - IBES foi definida a abertura de três cursos superiores: Administração, Turismo e Secretariado Executivo, com os respectivos protocolos dos processos de credenciamento do IBES e de autorização dos cursos sido realizado em dezembro de 1998.

Após quase um ano de trâmite no Ministério da Educação - MEC, foi nomeada, em novembro de 1999, uma comissão para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos superiores solicitados. O resultado dessa verificação foi a aprovação, após aval do Conselho Nacional de Educação - CNE, do funcionamento do curso de Bacharelado em Turismo, por meio da Portaria 2.185 de 22 de dezembro de 2000, publicada no Diário Oficial da União no 28 de dezembro de 2000. Essa mesma portaria credenciou o IBES como Instituição de Ensino Superior junto ao MEC.

No ano seguinte, após a realização do primeiro processo seletivo, iniciaram-se, efetivamente, as atividades do IBES como Instituição de Ensino Superior, utilizando-se as instalações do Colégio Universitário, no primeiro semestre de funcionamento.

No ano de 2001, o IBES também passou a oferecer cursos de Pós-graduação, *lato sensu*, com dois MBA em Gestão Empresarial e Gestão de Marketing.

Em agosto de 2001, a sede do IBES mudou para o prédio 1.505, na rua XV de novembro, e foi iniciada a construção da nova sede, à rua Pandiá Calógeras, próxima à Alameda Rio Branco, em Blumenau, em um edifício com 40 salas de aula, biblioteca, laboratórios e outras instalações auxiliares, tendo sido concluída a obra no ano de 2002. Essa mudança foi estratégica para a ampliação do corpo discente, perspectiva de novos cursos e também espaço físico. Outrossim, a nova localização, na qual a IES se encontra até hoje, é um bairro nobre da cidade de Blumenau e, também, próximo a um dos bairros mais populosos da cidade e sem oferta de uma Instituição de Ensino Superior nas proximidades.

Em 2007, a SOBES passou a ser controlada pela Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC, uma entidade educacional privada com quase cinquenta anos de experiência em educação e com sede em Joinville.

Na área de Ensino, o IBES atua nas áreas de engenharia, de ciências sociais aplicadas, ciências humanas e, provavelmente, a partir do primeiro semestre de 2018, na área de ciências da saúde. Atualmente, a instituição conta com mais de 800 alunos de graduação, distribuídos em 11 cursos, sendo 10 já reconhecidos. Possui, também, uma ampla gama de cursos de pós-graduação *lato sensu* em oferta, inclusive, por meio de um convênio com a Fundação Getúlio Vargas - FGV, com mais de 500 alunos matriculados. Essa parceria é vista positivamente pelo nome e qualidade no posicionamento da marca Fundação Getúlio Vargas. Os cursos oferecidos pela fundação estão em boa parte contemplando áreas dos cursos de graduação oferecidos pelo IBES.

O IBES conta com um programa institucionalizado de Iniciação Científica, disseminado em quase todos os cursos da faculdade, com grupos de pesquisa registrados no CNPq, projetos alinhados aos temas de interesse dos cursos, horas de dedicação docente e bolsas de estudo ofertadas aos acadêmicos como estímulo à participação.

A extensão também está institucionalizada no IBES com uma regulamentação própria e disseminada em todos os cursos por meio do desenvolvimento de 22 projetos, sendo cerca de metade deles voltados para a responsabilidade social - meio ambiente, direitos humanos, inclusão social e outros - cerca de 30 eventos e quase 70 cursos de extensão oferecidos em 2015, nas diversas áreas de atuação da instituição, com aproximadamente 1.000 alunos matriculados.

Em dezembro de 2015, depois de um longo período de negociações, a SOCIESC foi incorporada ao grupo Ănima Educação, visando a ser a mais importante marca do segmento educacional da região Sul do Brasil, procurando expandir suas atividades com abertura de outras unidades, além de ampliar a gama de cursos oferecidos para todas as áreas do conhecimento. A partir dessa incorporação, tanto a Ănima Educação como a SOCIESC estão na parte mais elevada do ranking de qualidade de seus cursos no contexto nacional.

Em 23 de maio de 2017 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria 452 de 22 de maio de 2017, autorizando a transferência de mantença, alterando a denominação do Instituto Blumenauense de Ensino Superior (IBES), mantido pela Sociedade Blumenauense de Ensino Superior, para Faculdade SOCIESC de Blumenau, mantida a partir de então pela Sociedade Educacional de Santa Catarina.

As evidências do potencial de nosso país para o ensino superior são demonstradas pelo número crescente de matrículas no ensino médio. Atenta a esse fato e às exigências do mundo do trabalho, a Instituição vem, constantemente, desenvolvendo projetos de novos cursos que atendam à demanda dos diversos setores da sociedade.

As iniciativas da Faculdade SOCIESC de Blumenau estão sintonizadas com modelos acadêmicos preocupados com as transformações sociais motivadas pela exigência da globalização, da economia e dos constantes avanços tecnológicos. A tríade ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO é norteadora dos caminhos a serem trilhados pelo IBES, sempre em defesa de um ensino que construa conhecimento, operacionalize habilidades, promova posturas, desenvolva ciência e enfatize o homem como a essência da comunidade.

A Faculdade SOCIESC de Blumenau é o resultado e o início de um complexo movimento de mudanças, em que se mesclam as experiências - traduzidas pelos padrões tradicionais da Mantenedora - pela ousadia em inovar e pelo comprometimento com a verdadeira revolução social e comportamental: a EDUCAÇÃO.

3. PERFIL INSTITUCIONAL

MISSÃO

"Contribuir para o Desenvolvimento Humano e da Comunidade por meio da Educação e da Inovação Tecnológica."

VISÃO

"Ser uma organização de excelência e referência em educação e inovação tecnológica".

VALORES

Respeito:

Proporcionar um ambiente inclusivo, compreendendo e aceitando as diferenças pessoais e profissionais, com dignidade e tolerância, sendo consciente dos direitos e obrigações de si mesmo e do outro.

Comprometimento:

"Vestir a camisa". Agir com entusiasmo, engajamento e cooperação, assumindo os propósitos e valores da organização.

Inovação:

Ter coragem e ousadia para criar novas práticas e novos caminhos, por meio de processos criativos que gerem crescimento, desenvolvimento e evolução das pessoas, da organização e da comunidade.

Responsabilidade Social:

Adotar comportamentos e ações sustentáveis que promovam o bem-estar da organização, da sociedade e do meio ambiente.

Valorização das Pessoas:

Reconhecer e valorizar atitudes, talentos e conhecimentos, proporcionando a construção coletiva e o sentimento de pertencimento.

4. A AVALIAÇÃO NA FACULDADE SOCIESC DE BLUMENAU

O grande desafio que ora se apresenta às instituições de ensino superior (IES) é responder às necessidades da sociedade, que se ampliam no mundo globalizado: desenvolvimento acelerado da tecnologia de informação e serviços, aliado ao desenvolvimento do "ser humano". As IES se defrontam com o paradoxo atual: apresentar à sociedade a capacidade de acompanhar e responder às suas expectativas, sem, no entanto, abandonar a visão da formação humana. O nascimento acelerado de funções e de novas profissões, ocorrido principalmente nos últimos 40 anos, mudou a face da sociedade e, consequentemente, a oferta de estudos das IES transformou o quadro de possibilidades de formação pessoal e profissional. Paralelo ao desenvolvimento global da sociedade, as exigências quanto à qualidade nos serviços cresceram, a exemplo das transformações de qualidades tecnológicas, industriais e empresariais. As IES passaram a ser vistas não apenas como "celeiros" de produção de conhecimentos, mas sim como empresas que devem responder à demanda exigida, nas mais variadas áreas de atuação do homem, que vão desde as de interesse tecnológico às de interesse humano.

Os bens sociais passaram a ser, então, aqueles que se dedicam à formação dos indivíduos, como seres que devam se preocupar com o bem-estar de toda a sociedade e mesmo do ambiente, e termos "ecologicamente corretos" passaram a povoar os discursos acadêmicos, assim como a necessidade de se atender à "demanda social".

A avaliação sistematizada surge, na década de 70, como um instrumento precioso nas empresas para que pudessem descortinar limitações e vislumbrar caminhos menos onerosos e mais rápidos para a solução de seus problemas. Essas avaliações, gestadas muitas vezes em situações de extrema urgência e necessidade, transformaram-se em modelos que servem também hoje às IES, que deixam de avaliar apenas o fazer pedagógico para transformar a sua avaliação em

um ato político-institucional, tal como ocorre em uma empresa – em que se transformaram para atender ao chamado da qualidade de serviço.

“A mais antiga e duradoura experiência brasileira de aspectos de avaliação de educação superior é a dos cursos e programas de pós-graduação, desenvolvida desde 1976 pela Capes”

A partir da década de 80, houve um desenvolvimento da avaliação nas IES, com o surgimento de produção acadêmica nessa área. Na década de 90, devido à criação acelerada de IES, que se diversificaram quanto às suas ofertas de serviços e gestões, a Avaliação Institucional surge como instrumento de controle da qualidade de ensino e de produtos dentro das instituições, como uma maneira de essas instituições darem satisfação de seus serviços à sociedade. As avaliações passam a ser também uma das formas utilizadas pelo próprio Ministério da Educação de estabelecer critérios para abertura de novos cursos e para verificar a qualidade dos já existentes. Surge o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), que, segundo Sinaes (2003), “(...) conseguiu dar legitimidade à cultura da avaliação e promover mudanças visíveis na dinâmica universitária. ” O Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado pelos discentes concluintes de cursos elencados pelo MEC, a Análise das Condições de Ensino (ACE), a Avaliação das Condições de Oferta (ACO), a Avaliação Institucional dos Centros Universitários e o Questionário sobre as condições socioeconômicas dos discentes e a sua opinião a respeito dos cursos que frequentavam foram alguns dos mecanismos de avaliação implementados pelo MEC da década de 90 até o ano de 2003. Para o controle desses processos, foram criadas várias comissões de avaliação, através de um chamamento para cadastro no INEP e da participação efetiva da comunidade universitária, o que resultou numa aceleração dos processos de credenciamento e de recredenciamento de novos cursos e centros universitários. Essas medidas de avaliação resultaram num crescimento de oferta para entrada no ensino superior nunca antes vivido na história da educação nacional. A Avaliação Institucional tomou vulto e foi entendida como uma cartilha a ser seguida por todas (ou quase todas) IES, a partir do atendimento aos itens definidos pelo MEC como os que deveriam ser levados em conta para a realização da avaliação.

Dessa forma, uma das perguntas na avaliação do “por que avaliar?” ficou entendida pela comunidade universitária como “para dar satisfações ao MEC” ou mesmo “para ser credenciado” ou “para ser recredenciado”. Na verdade, a avaliação é um processo, e como tal não pode desprezar o “pensar”, o “sentir” e o “querer” da comunidade interna, manifestados tanto pela simples motivação do discente pela aula, quanto pelo desejo desse mesmo discente em participar de programas de bolsas ou mesmo de voluntariado nas ações acadêmicas surgidas ao longo da vida universitária. Não pode também deixar de valorizar o empenho do docente pela própria educação continuada ou pelo interesse que mantém na cultura do ensino superior. Não pode ainda desprezar o entusiasmo do técnico-administrativo, que enriquece o fazer acadêmico com sua competência na resolução dos problemas do dia-a-dia. Além da “comunidade interna”, a vida acadêmica também deve valorizar a expectativa da sociedade em que se insere, da qual faz parte e com a qual troca conhecimentos.

No dia 15 de dezembro de 2003, pela Medida Provisória nº 147, o governo instituiu o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, que determinou a criação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES. Em seu art. 13, § 1º, a MP 147 diz que “as CPAs se responsabilizarão pela condução dos processos de avaliação internos das instituições, pela sistematização e pela prestação das informações solicitadas pela Conaes”, que é a Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

A partir da criação do SINAES, instituído pela Lei Federal Nº 10.861/2004, tornou-se evidente que a avaliação institucional deve contribuir para um movimento contínuo de reflexão e aprendizado, possibilitando a construção de um projeto acadêmico ainda mais responsivo, com vistas a consolidar a responsabilidade social e o compromisso educacional da Instituição.

A avaliação institucional, por sua concepção diagnóstica, é um importante instrumento para a tomada de decisões na IES. A partir dela, pode-se contextualizar todas as 10 Dimensões avaliadas pelo SINAES, em seus respectivos eixos, assinalando, histórica e socialmente, a realidade institucional como um todo.

Rua Pandiá Calógeras, 272, Bairro Centro
Blumenau – SC - CEP: 89010-350 Tel. (47) 2111-2900
www.unisociesc.com.br

Para a Faculdade SOCIESC de Blumenau, a autoavaliação permite a compreensão dos fatos cotidianos que impactam o atingimento de seus objetivos, reforçando a necessidade de que esta escuta seja realmente ativa, ou seja, que seus resultados gerem ações que possibilitem elevar o nível da qualidade da Educação que ofertamos, dos serviços de suporte que prestamos e dos processos de gestão que utilizamos.

Nesse sentido, a Avaliação Institucional, por sua amplitude, exige o uso de múltiplas observações e instrumentos que tragam em seu bojo critérios coerentes e relevantes, sob o ponto de vista do que observam e buscam revelar. Assim, a Avaliação Institucional da Faculdade SOCIESC de Blumenau busca auxiliar-nos em nosso projeto institucional, colocando uma lente de aumento sobre a necessária reflexão – e, mais, coletiva reflexão – sobre quem somos e onde pretendemos chegar. Para tanto, adotamos os seguintes objetivos:

4.1. OBJETIVO GERAL

Estabelecer um processo de ações avaliativas idealizadas pela comunidade acadêmica e referendadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), privilegiando um modelo integrado de ideias, inspirado na missão do Centro Universitário e que, sobretudo, contribua com a permanente garantia da qualidade acadêmica.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

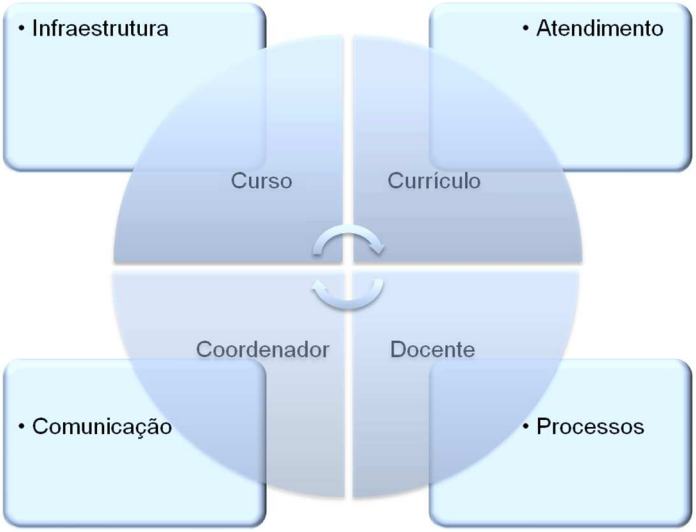
I. ouvir e considerar a opinião da comunidade acadêmica;
II. sensibilizar e envolver permanentemente a comunidade acadêmica;
III. mobilizar a comunidade acadêmica para o compromisso pela construção e pelo desenvolvimento do processo de Avaliação Institucional;
IV. orientar a ação avaliativa pela prudência, clareza e ética;

V. realizar a metaavaliação em todos os procedimentos propostos pelo Sinaes;
VI. divulgar os resultados do processo avaliativo;
VII. estabelecer ações de melhorias.

4.3. O PROCESSO AVALIATIVO

O processo de avaliação institucional da IES define um modelo de sistematização dos dados coletados, que se caracteriza pela interlocução entre os diversos sujeitos que fazem parte da instituição e os diversos locos onde os processos educacionais e gerenciais e administrativos se efetivam, conforme figura 5 a seguir:

Figura 1 – Interlocução entre os sujeitos inerentes à Avaliação institucional



Fonte: elaborado pela CPA/IES.

A autoavaliação da IES conta também com a participação dos setores que serão avaliados e avaliarão suas condições conforme se segue:

- ✓ Tesouraria
- ✓ Callcenter
- ✓ Informática
- ✓ Infraestrutura
- ✓ Copiadora
- ✓ Biblioteca
- ✓ Comunicação
- ✓ Centro de Atendimento ao Aluno – CAA
- ✓ Acadêmico

4.4. PRINCÍPIOS NORTEADORES

Para que seja possível apresentar os resultados de forma consistente, foi realizado um planejamento estratégico que engloba, os procedimentos técnicos e a sensibilização da comunidade universitária, passando pelas definições metodológicas de avaliação e a produção dos instrumentos de coleta de dados até chegar a um movimento mais propositivo, elencando as propostas de ações que realmente traduziriam esta construção coletiva, tanto quanto nos permitiriam atuar sobre os problemas detectados. Deste modo o processo de auto avaliação é parte da gestão estratégica, como detalha a figura 1, permeando suas ações cotidianas na busca da melhoria contínua.

O planejamento revelou a necessidade de construção de indicadores acadêmicos e de gestão que auxiliem a tangibilizar o conceito de qualidade adotado pela IES, tanto ao pensar em como desenvolvê-lo, tanto quanto em conservá-lo. Assim, foi implementado um processo semestral de auto avaliação, zelando para que os instrumentos estivessem sempre livres de quaisquer impropriedades ou erros lógicos em sua elaboração, fossem validados estatisticamente e que, sendo aplicados, pudessem alcançar o contingente necessário para garantir sua efetividade.

No processo de autoavaliação, trabalha-se com os seguintes princípios norteadores:

Figura 2 - Princípios Norteadores da Avaliação institucional

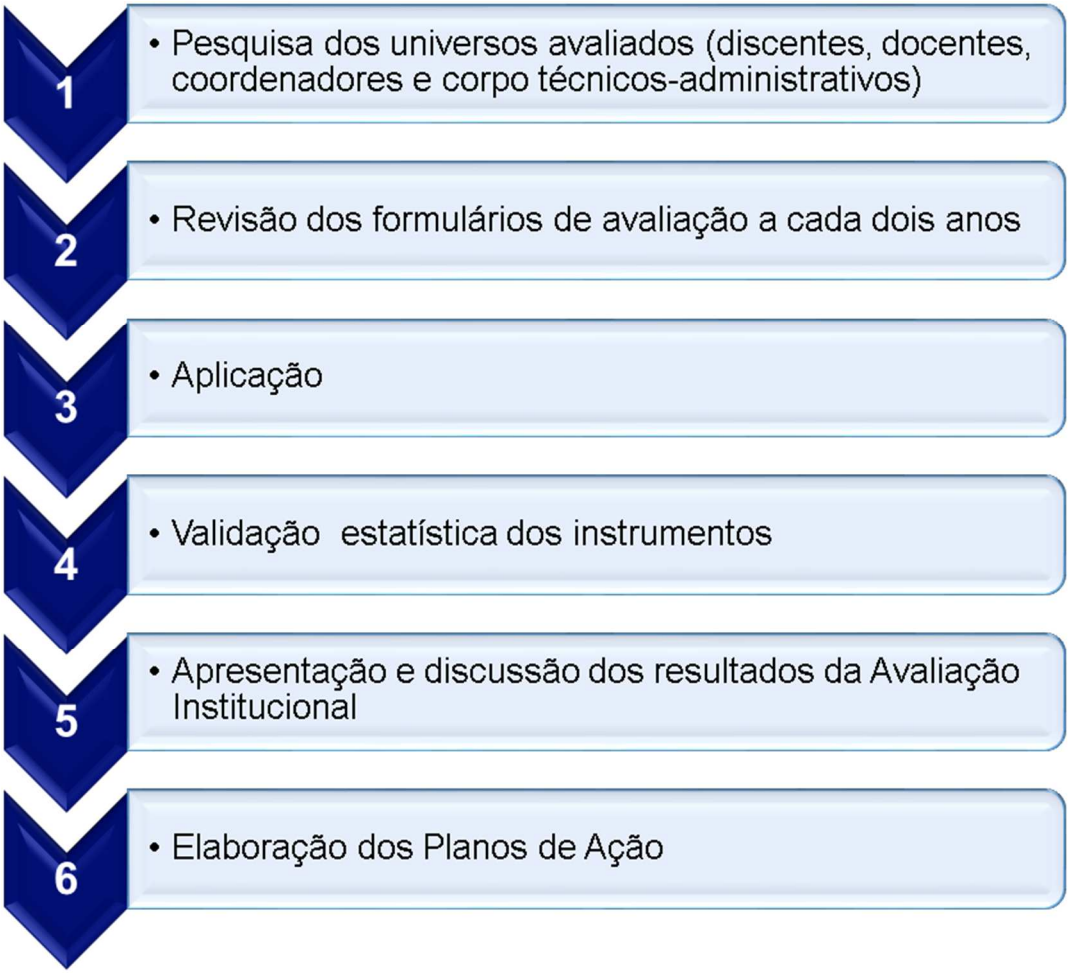
Fonte: elaborado pela CPA/IES.

4.5. ETAPAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para o bom funcionamento do processo avaliativo é necessário conhecer o universo que será avaliado, manter os formulários de avaliação atualizados e alinhados com a necessidade, definir um cronograma de aplicação, mensurar e validar estatisticamente os instrumentos, analisar criteriosamente os resultados e definir os planos de ação a partir destes resultados.

Desta forma, o processo de autoavaliação da Faculdade SOCIESC de Blumenau está estruturado em 6 etapas conforme detalhado na figura 3.

Figura 3 - Etapas do processo avaliativo



Fonte: elaborado pela CPA/IES.

4.6. A AVALIAÇÃO DAS 10 DIMENSÕES DO SINAES

A avaliação institucional da Faculdade SOCIESC de Blumenau ocorrerá em dois momentos e conta com diversificados instrumentos de avaliação com o objetivo de buscar, constantemente, a melhoria da Instituição.

- ✓ **1º momento:** a auto avaliação ocorre sistematicamente a cada semestre, para os cursos de graduação presencial, e anualmente, para os cursos de graduação da modalidade à Distância e, também, para os cursos de Pós-Graduação. Esta etapa conta com a participação de toda a comunidade acadêmica (coordenadores, professores, alunos e corpo técnico-administrativo). Os instrumentos aplicados nesta avaliação encontram-se no ANEXO.
- ✓ **2º momento:** esse momento perpassa todo o ano letivo que conta também com a participação da comunidade interna e externa. Dentre os instrumentos utilizados podemos citar entrevistas abertas e semiestruturadas, grupos focais e análise documental. Nesse sentido, acontece a avaliação das 10 dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

Assim, a avaliação colabora para a reflexão de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da IES culminando no aperfeiçoamento e mudanças, nas diferentes esferas, possibilitando à sua comunidade a apreciação e participação na gestão e na melhoria do desempenho acadêmico, particularmente na relação pedagógico-administrativa.

O quadro 1 apresenta a correlação do processo de auto avaliação de acordo com cada uma das 10 dimensões sugeridas pela CONAES.

Quadro 1 - Correlação entre as 10 dimensões do CONAES e o Processo de Avaliação

DIMENSÃO	FORMAS DE AVALIAÇÃO
1 A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Análise documental Aplicação de questionário aos dirigentes
2 Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	Análise das políticas institucionais Entrevista com Gestores Responsáveis Elaboração de Indicadores Criação de grupos de discussão
3 A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	Análise documental Avaliação das propostas sociais, artísticas e culturais Validação de acordos e parcerias
4 A comunicação com a sociedade	Análise documental e de resultados de pesquisas feitas pelo setor de Comunicação e Marketing Avaliação das formas de comunicação com a sociedade
5 As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	Avaliação e implementação do Plano de Carreira Docente e Técnico-Administrativo Criação de indicadores para análise do corpo docente em relação à titulação e regime de trabalho
6 Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	Criação de indicadores para os processos de gestão e funcionamento dos setores da Instituição Avaliação da eficácia das normas internas
7 Infraestrutura Física, especialmente a de Ensino e de Pesquisa, Biblioteca, recursos de informação e comunicação	Avaliação dos espaços físicos e recursos da IES de acordo com as políticas de aquisição e atualização dos laboratórios e do acervo
8 Planejamento e Avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional	Avaliação sistemática dos instrumentos aplicados nos processos de diagnóstico da instituição Acompanhamento do programa de autoavaliação proposto pela CPA Acompanhamento da participação da comunidade acadêmica nos processos avaliativos Acompanhamento dos planos de ação elaborados pelos setores a partir dos resultados da autoavaliação
9 Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos	Avaliação da eficiência e eficácia das políticas relacionadas ao corpo discente
10 Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	Criação de grupos de estudos com a participação da diretoria, coordenadores e pessoal técnico-administrativo.

Fonte: elaborado pela CPA/IES.

4.7. MOBILIZAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

Todo o processo de avaliação da IES será previsto no calendário acadêmico destacando os períodos em que acontecerá a avaliação no primeiro e segundo semestres de cada ano. Dessa forma, alunos, professores e funcionários têm ciência do período em que ocorrerá a avaliação.

Em seguida, 30 dias antes do processo, a IES iniciará a divulgação para toda a comunidade acadêmica por meio eletrônico. O setor de comunicação da IES fixa cartazes em todas as salas de aula, corredores e hall da Instituição, reforçando as datas em que acontecerá a avaliação. Também é enviado e-mail e sms's para os alunos, além de publicação de notas no Sistema On Line e site da instituição.

4.8. FORMULÁRIOS DE AVALIAÇÃO

O formulário conta com uma quantidade variável de questões, definidas de acordo com o perfil do avaliador, ou seja, podem variar em função de quem o opera. De toda maneira, todas as questões englobam os cinco eixos e as 10 dimensões previstas pelo SINAES.

Os formulários de avaliação englobam os grupos a seguir descritos com suas respectivas dimensões:

- ✓ **Discente:** avaliação do curso, do trabalho docente, da interdisciplinaridade e da coordenação do curso. Além disso, os discentes puderam opinar sobre a cantina, o call center, o centro de atendimento ao aluno, a biblioteca, o sistema de impressão, os laboratórios de informática, a infraestrutura, o sistema online, a tesouraria e a comunicação, pesquisa de egresso.
- ✓ **Docente:** autoavaliação; avaliação do discente e turma, coordenação de curso; condições de trabalho e valores institucionais.

- ✓ **Coordenador:** autoavaliação; avaliação docente, condições de trabalho e valores institucionais.
- ✓ **Técnico-administrativo:** autoavaliação; condições de trabalho e valores institucionais.
- ✓ **Equipe de infraestrutura:** condições de trabalho e valores institucionais.

Na construção do instrumento de avaliação foram considerados os seguintes aspectos: a quantidade de itens, o tempo de aplicação do instrumento e a linguagem utilizada na formulação dos itens. Como os alunos tendem a perder o interesse no processo de avaliação, caso se mostre demorado ou muito prolixo (SCRIVEN, 1995)[1], o questionário planejado tem relação ao número de questões, quanto em relação ao tempo de aplicação (20-30 minutos). Levando-se em conta os aspectos operacionais (rapidez de apuração, redução de erros de mensuração, taxa de resposta).

A escolha da escala de mensuração pode ser considerada central na proposta do novo instrumento. Isso porque a escala é o veículo para a mensuração, em termos quantitativos, das características qualitativas das dimensões. No caso do instrumento desenvolvido, é utilizada a escala de Likert[1] adotada na avaliação da Faculdade SOCIESC de Blumenau apresenta uma série de cinco proposições.

Na avaliação, atendendo às solicitações dos participantes do processo, foi introduzido o conceito "não se aplica" para os casos onde o avaliador não teve experiência prévia.

A auto avaliação acontece semestralmente. Os instrumentos de auto avaliação são disponibilizados na plataforma SOL (Serviços online).

---

[1] SCRIVEN, M. **Student ratings offer useful input to teacher evaluations**. 1995. Disponível em: http://www.ericdigests.org/1997-1/ratings.html. Acesso em: 01 fev 2008.

[1] "Uma escala tipo Likert é composta por um conjunto de frases (itens) em relação a cada uma das quais se pede ao sujeito que está a ser avaliado para manifestar o grau de concordância desde o discordo totalmente (nível 1), até ao concordo totalmente (nível 5, 7 ou 11)."

A avaliação do trabalho docente pelo discente é feita no chamado Formulário Docente, com treze questões. Esta avaliação compreende todos os professores da IES e produz resultados individuais, por curso e total. Os docentes e os coordenadores de curso podem consultar os resultados no Serviços online (SOL).

Sempre que necessário, após a validação estatística, o formulário pode sofrer alterações ou até mesmo após discussões juntos as partes envolvidas na autoavaliação da instituição.

4.9. ESCALA UTILIZADA NO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO

O uso de uma escala de atitudes é importante para que possamos pinçar informação útil em situações nas quais obtê-la pode ser considerado mais difícil, caso em que nos deparamos quando queremos mensurar atitudes e crenças.

Metodologicamente, quando medimos atitudes utilizamos “medidas com base em contínuos unidimensionais, denominados escalas” (RICHARDSON, 2012, p. 267), imprescindíveis quando o que se pretende é eliminar a subjetividade presente na medição.

No formulário de avaliação é adotada a escala de Likert, que apresenta uma série de cinco proposições, conforme se segue, das quais o respondente deve selecionar apenas uma:

5 – Excelente; 4 – Bom; 3 – Regular; 2 – Ruim; 1 – Péssimo

Na avaliação, atendendo às solicitações dos participantes do processo, foi introduzido o conceito “não se aplica” para os casos onde o respondente não tem elementos que lhe permitem fazer um juízo de valor:

0 – Não se aplica

4.10. VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO E TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS

A validação do instrumento de avaliação é feita de acordo com os seguintes critérios:

- ✓ Para cada instrumento, é feita a Análise Fatorial para verificar se os itens são válidos. O objetivo da Análise Fatorial é agrupar variáveis que inicialmente acredita-se fazerem parte de um mesmo "grupo";
- ✓ Por meio de um teste de consistência é possível observar se alguma variável se comporta de forma anômala em relação às demais. Nesses casos, a variável é excluída da análise;
- ✓ A cada semestre os formulários são validados estatisticamente. Os itens inválidos são retirados da compilação de resultados, o que pode gerar novas dimensões.

O instrumento de avaliação passa pelas seguintes fases:

- ✓ **Fase 1:** após concluído o prazo estipulado para a avaliação, inicia-se o processo de validação dos dados, por meio de técnicas estatísticas.
- ✓ **Fase 2:** limpeza da base.
- ✓ **Fase 3:** envio para geração de resultados finais no software *Tableau*, que permite a análise de dados através de dispositivos móveis e navegadores *web*, de forma mais rápida, segura e interativa.

Após a validação estatística dos resultados, as informações consolidadas são apresentadas e discutidas com a comunidade acadêmica, subsidiando os planos de ação dos setores para a transformação positiva, pois nos permitem, efetivamente, visualizar os esforços que necessitam ser envidados para o alcance da qualidade desejada. Nesses planos são definidas ações corretivas, estipulados os prazos, as responsabilidades e os recursos necessários para os ajustes, além de se estabelecerem medidas para o acompanhamento das soluções apresentadas.

A partir de então, a gestão utiliza as avaliações institucionais como insumo para a tomada de decisão, provocando ações acadêmicas e administrativas pertinentes.

Para tanto, suas propostas são submetidas aos órgãos colegiados, são analisadas e aprovadas para que retornem à comunidade acadêmica sob a forma de resoluções, alterações de documentos oficiais, comunicados etc.

4.11. A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

A Faculdade SOCIESC de Blumenau tem desenvolvido uma cultura de avaliação bastante consistente, buscando, cada vez mais, implementar uma proposta que auxilie na análise do mérito e da eficácia da Instituição, como parte integrante da sua gestão. Neste esforço, considera olhar para si mesmo e dialogar com os demais documentos institucionais, que, por vezes, se desdobram em sintonia com a AI e, em outras, a ela se plasmam, a fim de se constituírem um todo articulado, compreensível e em consonância com o compromisso social da Instituição.

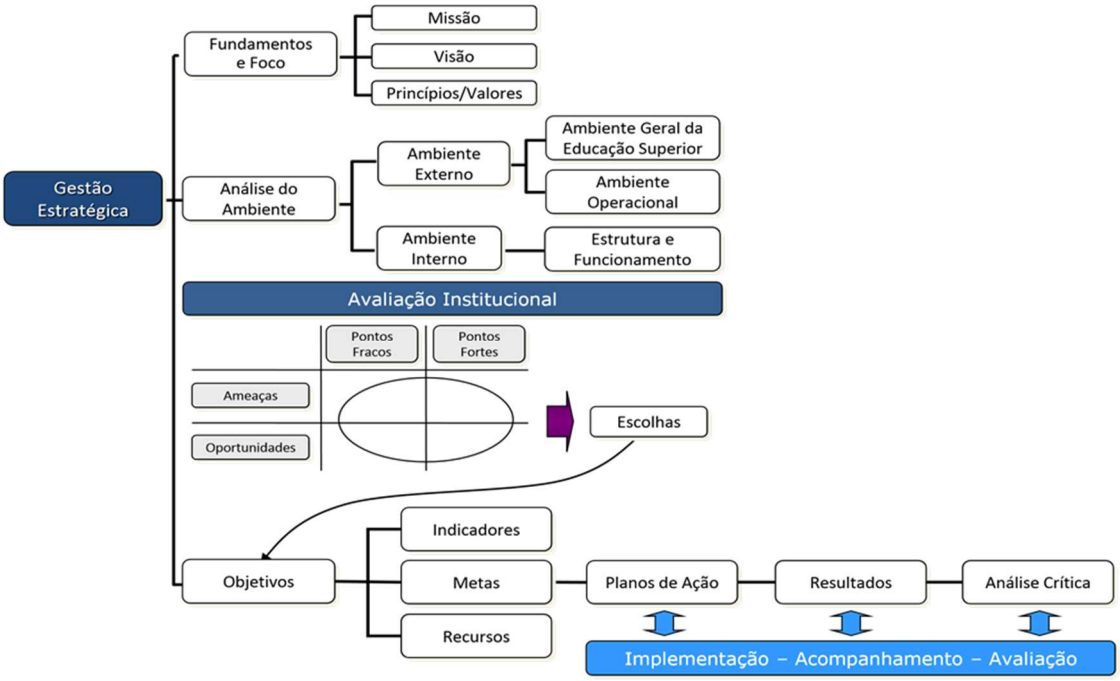
A partir da criação do SINAES, instituído pela Lei Federal Nº 10.861/2004, tornou-se evidente que a avaliação institucional deve contribuir para um movimento contínuo de reflexão e aprendizado, possibilitando a construção de um projeto acadêmico ainda mais responsivo, com vistas a consolidar a responsabilidade social e o compromisso educacional da Instituição.

Para que pudéssemos apresentar os resultados a seguir, realizamos um planejamento estratégico que englobasse desde os procedimentos técnicos e a sensibilização da comunidade universitária, passando pelas definições metodológicas de avaliação e a produção dos instrumentos de coleta de dados até chegarmos a um movimento mais propositivo, elencando as propostas de ações que realmente traduziriam esta construção coletiva, tanto quanto nos permitiriam atuar sobre os problemas detectados.

O planejamento revelou a necessidade de construirmos indicadores acadêmicos e de gestão que nos auxiliassem a tangibilizar o conceito de qualidade adotado por nós, tanto ao pensarmos em como desenvolvê-lo, tanto quanto em conservá-lo. Assim, implementamos um processo semestral de auto avaliação, zelando para que

os instrumentos estivessem sempre livres de quaisquer impropriedades ou erros lógicos em sua elaboração, fossem validados estatisticamente e que, sendo aplicados, pudessem alcançar o contingente necessário para garantir sua efetividade.

Figura 4 - Avaliação institucional e gestão estratégica: caminhos que se cruzam



Fonte: GIANOTTI, Suzana Salvador Cabral.

Dessa maneira, este relatório apresenta os resultados oriundos das seis etapas previstas e planejadas para que estes objetivos pudessem ser alcançados, conforme apresentado no item 4.5 deste documento.

Necessário se faz ressaltar que as avaliações parciais semestrais foram consideradas para a elaboração deste relato integral, uma vez que são elas que nos auxiliam a promover os ajustes requeridos, alinhando as ações aos propósitos interna e anteriormente definidos.

O planejamento é, portanto, ferramenta imprescindível pois nos direciona a pensar a articulação existente entre o nosso sistema de autoavaliação e os instrumentos de gestão, dentre os quais destacamos o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), documento que estabelece o fazer acadêmico atrelado à nossa missão, visão e

valores, explicitando, de forma abrangente, a nossa concepção do mundo contemporâneo e o nosso papel enquanto instituição de ensino superior; e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que estabelece nossa visão de futuro, para onde queremos caminhar, na busca da interação entre o real e o desejável, delineando um horizonte de longo prazo.

Em síntese, a avaliação institucional, como ferramenta de gestão, possibilita:

- Avaliar a factibilidade das projeções do planejamento institucional com base nas açoes praticadas anteriormente.
- Executar mudanças imediatas de estratégias e ajustes de metas à medida que a avaliação indica a necessidade.
- Planejar e executar as mudanças e fazer o acompanhamento das mesmas para melhoria, visando atingir uma determinada situação futura desejada.

4.12. ARTICULAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E OS DA AUTO AVALIAÇÃO

As mais recentes tendências de avaliação institucional estão baseadas em uma concepção que tem como eixo central a vocação da Instituição e os processos pelos quais ela busca realizá-la. Essa concepção está presente na proposta do SINAES. Trata-se de nortear a avaliação pelo modo como a Instituição traça seus caminhos para alcançar seus objetivos. Não se esgota, pois, em um modelo que retrate estaticamente a organização, mas em uma proposta que busca entender e explicar

o que acontece na Instituição e porque acontece, com o intuito de aprimorar a sua trajetória para que se realize a sua missão.

Os processos de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, conforme descrito anteriormente, a Instituição reconstrói a imagem que tem de si mesma, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam. É um momento de elaboração do que vem sendo denominado de auto avaliação, seguido da construção de um plano de ação, isto é, definir os aspectos que podem ser melhorados para aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais e/ou o aumento de sua eficiência organizacional. O segundo momento, o da avaliação externa, é aquele em que esta visão é discutida por uma comissão externa nos atos de autorização e reconhecimento de curso e recredenciamento da instituição. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação na medida em que discutem a visão que a Instituição tem de si mesma e apresentam recomendações para seu desenvolvimento.

É claro que a Instituição vive inserida em um contexto social concreto, no qual promove intervenções e no qual busca elementos para seu crescimento e melhoria. Por essa razão, são consideradas estratégicas as relações com os processos periódicos de avaliações externas. Essa concepção dinâmica de avaliação institucional se assenta sobre uma matriz referencial de dimensões, cuja marca é a integração. Tal matriz relaciona as dimensões “imateriais” da Instituição (ensino, pesquisa, extensão, gestão e clima) com as dimensões relativas aos elementos concretos que lhes dão vida e materialidade (corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, processos, recursos materiais e recursos financeiros). Todas essas dimensões são focadas em uma dimensão maior, que pode ser denominada de missão, vocação e objetivos da Instituição.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

A Avaliação Institucional da Faculdade SOCIESC de Blumenau visa, ao fornecimento, pela comunidade acadêmica, de dados que possam ser utilizados na gestão no contexto da nossa instituição de ensino.

A meta principal é a criação de uma cultura de avaliação. Entende-se aqui que a avaliação deva ser global, envolvendo a Instituição como um todo, ou seja, a sua comunidade interna, parceiros, conveniados e beneficiários externos, e, portanto, que deva ser valorizada no sentido de abranger não só o ensino, em todos os seus níveis, mas também a pesquisa, a extensão, a prestação de serviços, a gestão acadêmica e administrativa, incluindo o planejamento organizacional. A cultura da avaliação diria respeito, portanto, a todos os sujeitos da Instituição, do discente ao técnico-administrativo, do docente ao administrador de comunidade do seu entorno e a sociedade da sua região de abrangência. Para que o processo avaliativo seja legítimo, é preciso "que ele seja fruto do trabalho de todos e que sua metodologia garanta uma conduta satisfatória por parte de todos os seus participantes" (NAVAJAS: 1998, p. 64).

A legitimidade só se estabelece na cultura da avaliação quando existe participação democrática de todos os atores da comunidade acadêmica. "É, portanto, a concepção democrática de educação e de avaliação que confere aos processos avaliativos um grande sentido de legitimidade e ética e política" (Sinaes, 2004, p.92). Para que a ética esteja presente na avaliação, o Sinaes aconselha que haja debates, negociações, solidariedade demonstrada pela cooperação, um tratamento justo e adequado, ou seja, equidade e compromisso da comunidade para com o conhecimento e os valores da sociedade em que a IES está inserida:

> "*En las organizaciones puede observarse siempre un entramado de valores individuales y colectivos que marca el ethic organizativo, orienta las decisiones, da fuerza a los compromisos adquiridos y outorga sentido a todas las actuaciones de las personas.*" (BRIS et. al., 2002, p.220)

A avaliação colabora para que a reflexão acerca de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Instituição leve ao aperfeiçoamento e a mudanças, nas diferentes esferas, possibilitando à sua comunidade a apreciação e participação na

gestão e a melhoria do desempenho acadêmico, particularmente na relação pedagógica. A avaliação possibilita retornar à sociedade, na forma de "prestação de contas", a sua interferência positiva, estimulando debates em torno de questões acadêmico-pedagógicas e profissionais. Serve de "pano de fundo" para que a IES se reprograme, para indicar possibilidades de reformulação e para gerar ações. Isso quer dizer que, por meio dela, equipes técnicas se mobilizam para o planejamento. Assim é que credenciamento, recredenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento de IES e de cursos estão sempre dependentes da avaliação realizada na Instituição, a que se denomina processo de Avaliação Interna.

Segundo Franco (1998), um projeto institucional deverá ter um planejamento que considere a temporalidade, isto é, que tenha a consciência de que suas metas e prazos devam ser revistos, com a abertura suficiente para refazer o seu alcance. A política de marketing deverá considerar a posição que a IES ocupa na sua área de abrangência, buscando sempre a qualidade, tanto na comunicação interna quanto na externa. É fundamental também que se conte com uma equipe de trabalho e que os recursos disponíveis e a adquirir sejam descritos com objetividade. A IES deve ter uma preocupação com a qualidade intrínseca e acolher as “preocupações especiais com as novas necessidades e oportunidades da sociedade” (p.27).

A Avaliação Interna permite à IES se antecipar às demandas da sociedade, no que diz respeito à educação superior. “Como signo da vida, aprender estará presente desde o nascimento até a morte de todos. É este o sentido mais próprio do que se tem chamado sociedade aprendente” (Demo, 2004). A avaliação possibilita às IES aprender sobre o que a sociedade espera de suas ações e ainda proporcionar à comunidade interna o autoconhecimento, aprendizado fundamental para o (re) planejamento ou retomada de ações.

Todas as etapas, internamente, são desempenhadas pela CPA da Faculdade SOCIESC de Blumenau, orientadas por documentos emanados do INEP, especificamente da CONAES, que, por meio do SINAES, indica: 1. Avaliação das IES: a) Avaliação Interna; b) avaliação externa; 2. Avaliação dos cursos de graduação Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes – ENADE.

Ao demonstrar seu caráter científico, a IES estará preocupando-se em implementar projetos inovadores, formando massa crítica e, por isso mesmo, estabelecendo uma cultura de Avaliação Interna. Seus projetos pedagógicos conterão conceitos, princípios, objetivos, razões de sua existência, o que são, o que pretendem ser, seus problemas e virtudes. Como a filosofia educacional de uma IES é traduzida pelo conjunto de princípios, objetivos e ideias do seu projeto institucional, deverá sempre haver uma preocupação pela construção coletiva da educação, do processo de ensino/aprendizagem e da busca de qualidade. Aí está inserida a avaliação que deverá ter como prática o comprometimento com o processo de transformação de participação e de explicitação da realidade e necessidades da IES. Uma dessas necessidades está relacionada com a busca de "solução de óbices impeditivos da qualidade de vida dos seres humanos numa comunidade" (Franco: 1998, p.42).

As necessidades sociais e emergências devem ser preocupação quando se oferecem, como produto, a formação e o desenvolvimento do ser humano, pois deve haver preocupação das respostas tanto do "porquê", retrovisor da ciência, quanto do "para quê", que significa o olhar para o futuro. Franco (1998) considera que só há educação se existe mudança e que é da índole do ser humano ansiar pela mudança.

As necessidades de relação com a sociedade, as respostas dos "porquês" da IES e de seus produtos devem ser investigadas pela Avaliação Institucional:

> A avaliação deverá ser um processo contínuo e global que desvende todas as discordâncias, dúvidas e contradições do dia-a-dia no seio da instituição, buscando sua superação através de estratégias que viabilizem um projeto de transformação dos objetivos institucionais, visando a uma melhoria quantitativa e qualitativa de todos os seus objetivos. (Navajas: 1998, p.51)

A avaliação, na forma proposta pelo SINAES, entre outros objetivos, deve tomar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (Roteiro SINAES de Avaliação Interna institucional - orientações gerais, pág.9).

O SINAES indica como critérios importantes da qualidade da educação superior a relevância da formação, que é a busca da excelência na "formação e educação de nossos discentes"; a produção de conhecimentos e o desenvolvimento da ciência, que é medida pela relação e por meio do ensino, pesquisa e extensão; e ainda um fortalecimento da ética e das políticas de um determinado momento histórico.

> "(...) a instituição educativa precisa de liberdade especialmente para criar, pensar, criticar, aprender, produzir conhecimento e, enfim, educar (SINAES, p.87). A formação e a educação dos discentes da IES devem buscar à sua inserção ativa na sociedade, conforme enunciado em sua Missão. A ênfase de um projeto educativo deve ser dada aos dinamismos dos processos sociais de conhecimento, compreensão e julgamento do sistema de educação superior, com objetivos primordialmente de melhoria (SINAES, 2004).

Manes (1999, 22), citado por Bristal et. al. (2002, p.219), afirma que *"la misión es el estado básico de la existencia y de los objetivos de una instituición educativa*."

Assim, quando presta contas de suas ações, demonstrando cumprir a missão que se propôs, a IES deverá demonstrar que prepara os profissionais para os problemas futuros da sociedade, problemas estes de que sequer têm agora ideia (Demo, 2004).

6. CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O quadro a seguir apresenta a distribuição da avaliação trienal, atendendo às orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), previstas na Lei Nº 10.861/2004, na Faculdade SOCIESC de Blumenau:

Quadro 2 – Dimensão X Periodicidade

EIXO	DIMENSÃO	ANO 1 (2018)	ANO 2 (2019)	ANO 3 (2020)
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	D8 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	x	x	x
	D1 - MISSÃO E PDI	x		x
GESTÃO DE PESSOAS, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	D5 - POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PESSOAL	x	x	x
	D10 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	x	x	x
	D4A - COMUNICAÇÃO INTERNA	x	x	x
GESTÃO ACADÊMICA	D6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	x	x	x
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	D2 – ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	x		x
	D7 - INFRAESTRUTURA	x	x	x
	D9 – EGRESSO	x	x	x
RELAÇÃO COM A SOCIEDADE	D3 - RESPONSABILIDADE SOCIAL	x		x
	D4B - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	x	x	x

O quadro a seguir retrata nossa preocupação com o atendimento a todas as premissas das 10 dimensões contidas nos cinco eixos da Avaliação Institucional, detalhado na figura 5. Os problemas levantados serão objeto de constante escrutínio, uma vez que a associação entre o que se busca conhecer e a detecção se aquilo foi realmente apreendido pelo sujeito respondente é de suma importância.

Figura 5 - Eixos e dimensões do SINAES

Fonte: SINAES / elaborado pela CPA.

O que se pretende é estabelecer um monitoramento mais refinado a cada ciclo avaliativo, criando uma interlocução especial com os setores diretamente relacionados com as ações avaliativa aqui previstas: o da Comunicação, fundamental para o efetivo envolvimento da comunidade e este, por sua vez, com os mecanismos de verificação de sua correspondente atuação; o do Departamento de Tecnologia e Informação, setor ligado à informática, tecnologias e processamentos por softwares, que, por sua vez, nos municia com seus relatórios quantitativos; o Núcleo de Avaliação e Indicadores, responsável pela assessoria estatística e validação dos resultados obtidos, dentre outros.

Enfim, para cada item avaliado, haverá a preocupação em estabelecer correlação com as formas possíveis de aferir se ele foi realmente atingido e se as ações propostas conseguiram corrigir os rumos, seja potencializando as nossas forças ou dirimindo nossas fragilidades.

O QUÊ?		COMO?		QUANDO?	
EIXOS AVALIADOS	**DIMENSÃO SINAES**	**FONTES DE INFORMAÇÃO**	**O QUE AVALIAR?**	**FREQUÊNCIA DA AVALIAÇÃO**	**CRONOGRAMA**
EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	D8 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	- Políticas e programas institucionais (análise documental) - Autoavaliação da CPA – Instrumentos de Plano de Ação e a efetividade do processo de autoavaliação. - Análise da compatibilidade entre o Regimento e o PDI. - Relatórios de avaliações externas: INEP/MEC, inclusive índices de respostas do questionário socioeconômico do ENADE. - Análise do sistema de gerenciamento do Plano de Ação (SOL). - Análise dos livros de atas dos Colegiados dos Cursos, Conselho Superior e os demais Regulamentos dos órgão institucionais.	- O planejamento incorpora ações para a melhoria contínua? - Resultados da autoavaliação da CPA (meta avaliação) - Há divulgação dos resultados das avaliações? - Há implementação de ações acadêmicas e administrativas decorrentes dos resultados das autoavaliações e avaliações externas? - Há, no decorrer do processo de autoavaliação as condições necessárias para uma avaliação efetiva? - Há participação suficiente para assegurar o comprometimento e a apropriação dos resultados da autoavaliação pela comunidade?	1 vez ao ano.	2018 2019 2020

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	D1 - MISSÃO E PDI	- Política de Bolsas de Estudo e Descontos. - Análise dos grupos focais com gestores, representantes discentes, docentes e técnicos administrativos. - Análise do PDI para verificar se está efetivamente sendo cumprido. Analise das possíveis inconsistências entre as práticas institucionais acadêmicas e o PDI. Política de Acessibilidade e Atendimento Especializado para Realização de Provas Institucionais. - Política de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade Para Todos – COLAP; - Política de Acessibilidade e Atendimento para Estudante com Deficiência; - Política de Adoção e Utilização do Nome Social;	- Há conhecimento e apropriação do PDI pela comunidade acadêmica? - Existe coerência entre as ações e práticas realizadas na Instituição e os propósitos formulados no PDI? - Existem mecanismos para comprovar sua realização efetiva, modificação e revisão? Os dirigentes, docentes, técnicos administrativos e os órgãos colegiados participam dessas atividades? - Há articulação entre o PDI e o PPI no que diz respeito às políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão acadêmica e administrativa e de avaliação institucional? - Os resultados da autoavaliação e das avaliações externas (visitas, Enade, Conselhos profissionais) são usados para a melhoria e revisão permanente do PDI? - A IES tem acompanhado o IDD dos ingressantes, a partir do	1 vez a cada dois anos	2018 2020

			papel desenhado para seu egresso?		
EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	D3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL	- Análise documental: critérios que a instituição utiliza para a abertura de cursos e ampliação de vagas. - Contribuição da instituição na criação de conhecimentos para desenvolvimento científico, técnico ou cultural. - Caracterização e pertinência das atividades da IES nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras. - Descrição e sistematização das atividades relacionadas com centros de saúde, escolas, clubes ou outros.	- Quais os critérios adotados pela Instituição para ampliar o acesso, inclusive os portadores de necessidades especiais? - Quais as ações voltadas ao desenvolvidas no sentido das políticas de ações afirmativas? - As ações de responsabilidade social, praticadas pela IES, estão coerentes com o PDI? - Há ações implementadas que abarquem a defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística? - Existem políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida? Quais? - A instituição favorece a inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais? Possui políticas de contratação de pessoal com necessidades especiais?	1 vez a cada dois anos	2018 2020

		- Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida. - Estratégias pedagógico-didáticas empregadas aos alunos/docentes/funcionários portadores de necessidades especiais. - Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC.	- Existem ações para promover iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores, captação de recursos? - Existem políticas de formação de pesquisadores? E De formação de docentes para educação básica e para educação superior?		
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	D2 – ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	- Política que Estimula a Produção Acadêmica. - Política de Extensão. - Política de Iniciação Científica. - Política de Intercâmbio. - Questionário: discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo. - Entrevistas: discentes, docente e pessoal técnico-administrativo.	- Existem indicadores de atividades científicas (publicações, existência de grupos de pesquisa, patentes, entre outros)? Se sim, como funciona? - Há participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação? - Há um órgão institucional responsável pela coordenação	Uma vez a cada dois anos.	2018 2020

		- Análise documental: currículos e programas de estudos. Mecanismos de revisão e atualização dos PPCs. Análise das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes). Análise dos programas de iniciação científica e estímulo à pesquisa. - Análise das políticas para criação, expansão e manutenção da pós-graduação lato e stricto sensu. Apuração de indicadores de atividades científicas (publicações, existência de grupos de pesquisa, patentes, entre outros). - Acompanhamento de indicadores de atuação profissional dos egressos. Acompanhamento dos indicadores de publicações. Relatório de avaliação externa: CAPES.	das atividades e da política de extensão? - Há intenção da IES em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros? - Verifica-se a relevância acadêmica e social nas atividades de extensão realizadas? - Todos os cursos atendem às Diretrizes Curriculares Nacionais. - A IES desenvolve cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*)? Há auxílio de verbas, interno e externo à instituição na realização dos cursos oferecidos? - Os conceitos de avaliação da CAPES estão demonstrando a realidade dos cursos?		

		Registros da ouvidoria. Diretrizes Curriculares Nacionais			
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	D4a – COMUNICAÇÃO INTERNA	- Análise documental e de conteúdo: meios e canais de comunicação utilizados para publicizar as atividades da IES com a interna. - Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre os procedimentos: Intranet e e-mails do GP. Avaliação dos programas de recepção de novos funcionários e professores. Manual do aluno, Plano de Ensino, SOL. Enquete eletrônica no site: comunidade. - Questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição.	- Quais são os meios de comunicação utilizados pela IES? - A comunicação da instituição é efetiva e comprometida com a missão da IES? - A informação entregue aos usuários da instituição é completa, clara e atualizada? - A informação divulgada inclui os aspectos que dizem respeito às atividades da Instituição (objetivos, recursos, duração dos cursos, orientação sobre a formação, regimentos sobre admissão, titulação oferecida, lista de currículos diretivos e docentes, incentivos e bolsas para estudantes, valor da mensalidade, serviços, procedimentos burocráticos, etc.)?	Um vez ao ano.	2018 2019 2020

		- Grupo focal com alunos, docentes e técnico-administrativos indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações. - Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC. - Manual Sol – Professor; - Manual Sol – Coordenador; Manual do SOL (aluno) – Mobile;	- Há serviço de ouvidoria? Como funciona?		
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	D4 B – COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	- Análise documental e de conteúdo: meios de comunicação utilizados para publicizar as atividades da instituição na comunidade externa. - Enquete eletrônica no site: para a comunidade. - Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC. - Edital de Vestibular do Semestre.	- Quais são as estratégias e recursos da comunicação externa da IES? - Como anda a imagem pública da instituição nos meios de comunicação social? - A informação divulgada inclui os aspectos que dizem respeito às atividades da instituição (objetivos, recursos, duração dos cursos, orientação sobre a formação, regimentos sobre admissão, titulação oferecida, lista de currículos diretivos e docentes, incentivos e bolsas para estudantes, valor da mensalidade, serviços,	1 vez ao ano.	2018 2019 2020

			procedimentos burocráticos etc.)?		
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	D6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	- Questionário: discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo. - Análise documental de Atas de órgãos colegiados, regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos da instituição. - Grupo focal com alunos, docentes e técnico-administrativos sobre o funcionamento do sistema de registro acadêmico e funcionamento do sistema e recursos de informação. Registros da ouvidoria. - Projeto Pedagógico dos Cursos; - Livro de Atas do Núcleo Docente Estruturante – NDE; - Regulamento do Núcleo Docente Estruturante; - Atos de nomeação: criação do curso, Portaria de Reconhecimento, vagas, nomeação de coordenadores, diretor, Atos de	- Existe plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real? - Como acontece o funcionamento, a composição e a atribuição dos órgãos colegiados? - Existem, na IES, procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões? Quais são? - Existe na Instituição instâncias de apoio, participação e consulta para tomar decisões? Como funcionam? - O grau de centralização ou descentralização existente na instituição é adequado para a gestão da instituição?	Uma vez ao ano.	2018 2019 2020

		Nomeação dos órgãos colegiados NDE e Colec, Política de Acessibilidade; - Política de Nivelamento; - Política de Monitoria; - Política de Plágio; - Política Gestão dos Serviços de Tecnologia da Informação; - Política de Mobilidade Acadêmica; - Rendimento Escolar; - Política de Matricula Especial; - Política de Assistência Pedagógica Domiciliar – APD - Diretrizes para Atendimento aos Requisitos Legais Normativos definidos pelo MEC; - Política de Libras	- Os sistemas de arquivo e registro são eficientes para dar conta das funções da Instituição? - Existem instruções normativas formuladas e conhecidas sobre os procedimentos institucionais (estatutos, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros)? - Existe um organograma institucional explicitando a hierarquia das funções e a dinâmica de funcionamento da IES?		
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	D9 – EGRESSO	- Questionário: discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo. - Política de Acompanhamento de Estudante e Egresso. - Registros da ouvidoria.	- Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética? Quais são? - Qual a situação dos egressos? Qual o índice de ocupação deles? Há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida?	Uma vez a cada ano	2018 2019 2020

		- Análise documental: pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos. - Dados sobre a ocupação dos egressos. Evidências de atividades de formação continuada para os egressos.	- Há participação dos egressos na vida da Instituição? - Que tipo de atividades desenvolvem os egressos? - É utilizada a opinião dos empregadores dos egressos para revisar o plano e os programas dos cursos?		
EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO	D5 - POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PESSOAL	- Questionário: docentes e pessoal técnico-administrativo. - Análise documental: relatórios da Pesquisa de Clima, da Pesquisa GPTW, dos Relatórios de investimentos em capacitação de pessoas e benefícios. - Plano de Carreira Docente; - Plano de Carreira Técnico-Administrativo; - Política de Descontos para colaboradores administrativos e Docentes Desligados;	- Qual a relação entre a quantidade de estudantes dos cursos e os recursos humanos (docentes e técnico-administrativos) existentes? - Existem critérios claros e conhecidos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo? - Existem instâncias que permitem conhecer o grau de satisfação dos docentes e técnico-administrativos com as condições de trabalho, os planos de estudos, os recursos e outros aspectos vinculados à sua função?	Uma vez por ano.	2018 2019 2020

		- Política de Deslocamento; - Política de Bolsas de Estudo e Descontos; - Política de ajuda de custo para deslocamento de Funcionários. - Relatório de promoção e readequação de pessoas. - Relatórios de cursos de Capacitação Docente. - Reuniões entre CPA e Gestão de Pessoas para apresentação de Gráficos e Valores pelo GP e CPA. - Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC. - Regulamento do Programa do Mérito Docente; - Regulamento do Programa Padre Magela; - Política de Seleção Interna e Externa de Docente;	- Há instâncias que fomentam a qualificação dos docentes e técnico-administrativos? - Existem incentivos e outras formas de apoio para o desenvolvimento das suas funções? - Existem políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos profissionais técnico-administrativos?		

EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO	D10 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	- Análise documental dos relatórios apresentados pela controladoria, considerando valores e investimentos para cada área. - Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC. - Projeto Arquitetônico da IES. - Contratos da Biblioteca Virtual; - Serviço de Tecnologia da Informação e Software; . Licenciamentos de Softwares	-Há relação entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto? - O orçamento fez a destinção de verbas para a capacitação dos docentes e técnico administrativos. - As obrigações trabalhistas e tributárias estão sendo cumpridas?	Uma vez ao ano.	2018 2019 2020
EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA	D7 - INFRAESTRUTURA	- Questionários: discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo sobre as instalações em geral especialmente sobre a biblioteca, laboratórios, equipamentos de informática e acessibilidade. - Acompanhamentos internos, com visitas ao campus e às instalações. - Política de Segurança da Informação; - Política de Gestão dos Serviços de Tecnologia da Informação;	- A quantidade de laboratórios é adequada para as necessidades da instituição em relação aos cursos e a quantidade de alunos? - O espaço físico da IES é suficiente para que os estudantes desempenhem as atividades programadas? - Quais são as características dos laboratórios e bibliotecas quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza?	Uma vez a cada semestre.	2018/1 2018/2 2019/1 2019/2 2020/1 2020/2

		- Contratos de Locação dos imóveis onde a IES se instala; - Alvará de Funcionamento prefeitura (validade); - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)	- Os horários e calendário da biblioteca respondem às necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos pela IES (diurno e noturnos)? - Qual é a disponibilidade da bibliografia básica e complementar me relação à demanda? - A Instituição possui, em seu quadro de pessoal, funcionários técnico-administrativos necessários para a manutenção das instalações? - As instalações são adequadas e adaptadas para os estudantes com necessidades especiais?		

Este programa de Avaliação Institucional elencou todos os registros necessários para a consolidação de uma política institucional, entendendo que sua realização exigirá a garantia de suporte técnico-administrativo, a instalação de salas suficientemente equipadas para sua materialização e o aval e confiança da Administração, que, por sua vez, se refletirá no engajamento das pessoas em sua execução.

7. DOS RESULTADOS

Compreendida como processo global e integrador que orienta o PDI, a avaliação institucional tem como propósito principal desenvolver um processo que pressupõe a realização de ações transformadoras, coletivamente concebidas, privilegiando um modelo interdisciplinar e integrado, no qual a responsabilidade seja de todos os membros que fazem parte da Instituição, observadas as metas prioritárias a serem perseguidas, conforme sua visão, sua missão e diretrizes institucionais.

Nesse sentido, a Instituição reforça a iniciativa da CPA de realizar uma avaliação independente, pois, mediante garantia de autonomia no processo de avaliação, a IES busca garantir uma gestão mais eficiente, baseada em dados e percepções realistas dos sujeitos que participam da comunidade acadêmica.

A partir dos resultados da avaliação, cada setor elaborará o seu Plano de Ação, elemento chave para a transformação positiva da realidade, permitindo uma visualização efetiva dos esforços necessários para se buscar a qualidade institucional, com o estabelecimento de prazos, responsabilidades e recursos, criando medidas para o acompanhamento de soluções.

O plano de ação de cada curso será elaborado de acordo com os resultados da autoavaliação. O plano é elaborado juntamente com o Núcleo Docente Estruturante – NDE para posterior aprovação da CPA. O NDE se responsabilizará pela implantação e acompanhamento das ações propostas para o curso.

7.1. PLANO DE AÇÃO APÓS OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação pode se apresentar como busca permanente de formação e consolidação dos propósitos maiores das instituições. Este processo a cada dia se mostra mais necessário, tanto para atender à atual legislação quanto para iniciar um

processo de conhecimento interno que poderá gerar ações de mudança no que for indicado como carente e deficiente e ações de reforço, no que for considerado como adequado e bom para a instituição a partir de sua missão e de seus propósitos educacionais e sociais.

Deste modo, o Programa de Avaliação, se caracterizar como agente indutor de transformações pedagógico-didáticas e técnico-administrativas, fornecendo subsídios para o planejamento estratégico da Faculdade SOCIESC de Blumenau, para os planos acadêmicos e para a administração institucional.

Como doravante as avaliações serão procedimentos densos e rotineiros, é importante ressaltar que todos os seus resultados serão apresentados na forma de Relatório. Estes Relatórios serão frutos da observação dos resultados gerados e processados (tabulados) a partir da aplicação dos instrumentos de avaliação e deverão produzir um Plano de Ação.

Do Plano de Ação gerado, são avaliados falhas e virtudes, teremos em mente a correção das primeiras e o aprimoramento das segundas, jamais acreditando que elas são suficientes para invalidar ou estagnar, respectivamente, o processo, mas ao contrário nos fornecem importantes pistas para atender aos objetivos que pretendemos alcançar.

A Faculdade SOCIESC de Blumenau em sua cultura de avaliação, envolve pessoas representativas da comunidade interna e externa da instituição, para ter sempre um ponto de comunicação entre o que se faz, o que se quer e o que a sociedade deseja da Instituição.

8. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

REGIMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regimento disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições da Comissão Própria de Avaliação - CPA da Instituição, de acordo com a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 e regulamentada pela Portaria Ministerial nº 2.051 de 9 de julho de 2004.

CAPÍTULO II - DO OBJETIVO

Art. 2º A CPA tem como objetivo deliberar, articular e conduzir os processos internos de Avaliação Institucional e prestar informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, observada a legislação pertinente.

Art. 3º A CPA atuará com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes, subordinada direta e exclusivamente ao diretor da Instituição.

CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º A CPA será constituída por membros representantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, os quais são indicados e nomeados por Portaria, pelo Diretor da Instituição, por tempo indeterminado, a saber:

I. Presidente;
II. 2 (dois) representantes do corpo docente;
III. 2 (dois) representantes do corpo discente;
IV. 2 (dois) representantes do corpo técnico-administrativo; e
V. 2 (dois) representantes da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a Instituição

§ 1º O representante discente deverá estar regularmente matriculado e frequentando as aulas.
§ 2º Fica vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados.

CAPÍTULO IV - DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º São atribuições da Comissão Própria de Avaliação - CPA:

I. apreciar o cumprimento das propostas da:
   a) missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
   b) política para a graduação, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão;
   c) responsabilidade social da Instituição;
   d) comunicação com a sociedade;
   e) políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
   f) organização e gestão da Instituição;
   g) infraestrutura física;
   h) planejamento e a avaliação;
   i) políticas de atendimento ao estudante;
   j) sustentabilidade financeira.

II. analisar e aprovar o Relatório de Autoavaliação Institucional, elaborado anualmente, para ser validado pelo Diretor;

III. aprovar os procedimentos de avaliação indicados pelo SINAES;

IV. propor projetos, programas e ações que proporcionem a qualidade das atividades acadêmicas e a melhoria do processo avaliativo institucional;

V. sistematizar e socializar informações à comunidade acadêmica;

VI. analisar as informações que serão encaminhadas ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

VII. formular proposta de melhoria do desenvolvimento da IES, com base nas análises produzidas no processo de autoavaliação, apresentando-a para a Diretoria;

VIII. desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para a continuidade, aperfeiçoamento e modificação da política da Avaliação Institucional da IES;

IX. analisar e discutir os resultados das avaliações externas, de curso, institucional e dos estudantes, propondo ações preventivas e corretivas para a Direção.

X. exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua competência.

Art. 6º Para melhor cumprir seus objetivos, a CPA poderá, a qualquer tempo, solicitar informações à qualquer órgão ou área da Instituição ou mesmo da mantenedora, bem como aos órgãos externos e fazer uso de parecer de consultores externos.

Art. 7º No ato de nomeação dos membros da CPA, o Diretor indicará a respectiva Presidência.

Parágrafo único. São atribuições e responsabilidades da Presidência da CPA:

I. presidir as atividades da CPA;
II. definir pauta, elaborar e submeter a ata à aprovação pela CPA;
III. exercer o voto de desempate;
IV. decidir, *ad referendu*m, em caso de matéria urgente, submetendo sua decisão ao Plenário na primeira reunião seguinte;
V. elaborar, anualmente, o Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA;
VI. representar a CPA perante as instâncias acadêmicas e administrativas da Instituição e perante os órgãos que regulam e executam o SINAES;
VII. gerenciar a área da Comissão Própria de Avaliação - CPA na página da Instituição na internet, inclusive com a publicação do resumo do Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA na internet e de qualquer outro boletim referente à autoavaliação institucional;
VIII. cumprir e fazer cumprir esse Regimento.

CAPÍTULO V - DA INFRA-ESTRUTURA

Art. 8º A administração da Instituição proporcionará os meios e as condições materiais e de recursos humanos para funcionamento da CPA, assim como toda a infraestrutura administrativa necessária para esse fim.

CAPÍTULO VI - DAS REUNIÕES E DAS DELIBERAÇÕES

Art. 9º A CPA reunir-se-á, em sessão ordinária, em cinco momentos no ano letivo, conforme definido em calendário acadêmico, ou em caráter extraordinário quando convocada pela Presidência da CPA.

§ 1º A reunião terá início com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º Na ausência do Presidente, o mesmo indicará um membro da CPA para presidir a reunião.

Art. 10. Das reuniões poderão participar, além dos seus integrantes, o Diretor da Instituição, os Gerentes de Ensino, os Coordenadores de Curso, além de técnicos e especialistas na condição de convidados, além de representantes da mantenedora, conforme a relevância das matérias em pauta e de acordo com a contribuição que poderão oferecer no decorrer dos trabalhos.

Art. 11. As propostas serão aprovadas por votação, com maioria simples dos membros presentes na reunião.

Art. 12. As reuniões serão segmentadas nos seguintes itens:

I. leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
II. apresentação de informações, dados e comunicados por qualquer membro da CPA;
III. discussão e deliberação dos temas da pauta;
IV. encerramento da reunião.

Art. 13. As análises, discussões e deliberações das matérias constantes da pauta serão registradas em ata correspondente, lavrada pelo Presidente da CPA ou por funcionário administrativo colocado à disposição para redigi-la, devendo ser aprovada e assinada pelo Presidente e pelos demais integrantes da CPA.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A CPA deverá manter a comunidade acadêmica informada de suas principais atividades e resoluções.

Art. 15. Qualquer alteração do presente regimento deverá ser submetida ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE para sua aprovação.

Art. 16. Os casos omissos ou dúvidas na aplicação do presente regimento serão apreciados e resolvidos em reunião da CPA.

Art. 17. O presente regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo CONSEPE.

REFERENCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 abr. 2004, Seção 1, p. 3-4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10861.htm>. Acesso em: 1º mar. 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996, seção 1, p. 27.833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_ 03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 2 fev. 2008.

BRIS, Mario Martín (coord.), Mayo I.C. e Díez J.N. *Planificación de centros educativos Organización y calidad*. Barcelona: RGM, S.A., 2002.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE. Câmara de Educação Superior – CES. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação. Brasília, MEC/CNE/CES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991&Itemid= 866>. Acesso em: 22 set. 2009.

DEMO, Pedro. *Docente do futuro e reconstrução do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DIAS SOBRINHO, José e BALZAN, Newton César (orgs). *Avaliação Institucional: teoria e experiência*. São Paulo: Cortez, 1995.

FRANCO, Édson. *Utopia e realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior*. Brasília: Universa, 1998.

INEP/CPA/Sinaes. *Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior*. Brasília, setembro de 2003.

INEP/CPA/Sinaes. *Da Concepção à Regulamentação*. Brasília, setembro de 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2010.

NAVAJAS, Ana Maria. *Avaliação Institucional: uma visão crítica*. São Paulo: Unimarco, 1998.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC. Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília, DF, MEC/SETEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=view&id=583&Itemid=717&sistemas=1> Acesso em: 30 jul. 2010.

FACULDADE SOCIESC DE BLUMENAU, Blumenau. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

FACULDADE SOCIESC DE BLUMENAU, Blumenau. Regimento, 2018.

ANEXOS

ANEXO 1 – FORMULÁRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL GRADUAÇÃO PRESENCIAL

SERVIÇOS

Antes de tudo, conta pra gente... qual é o seu nível de satisfação em relação à (ao):

1. Qualidade e relevância dos conteúdos e competências trabalhadas no seu curso
2. O número de colaboradores (as) para dar suporte a você (por exemplo: monitores, coordenadores de curso)
3. Qualidade dos colaboradores (as) que dão suporte a você (por exemplo: monitores, coordenadores de curso)

Queremos saber o que você acha do seu curso na NOME DA IES:

Em relação às seguintes afirmações, o quanto você concorda com:

4. O curso propicia experiências de aprendizagem inovadoras
5. O curso contribui para o desenvolvimento de uma consciência ética para o seu exercício profissional
6. O curso contribui para você ampliar sua capacidade de comunicação escrita
7. O curso contribui para você ampliar sua capacidade de comunicação oral
8. O curso promove interdisciplinaridade
9. A NOME DA IES oferece oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de aprendizagem
10. As atividades acadêmicas desenvolvidas dentro e fora da sua sala de aula possibilitaram refletir, ampliar a convivência e promover o respeito à diversidade
11. A NOME DA IES promove diversas atividades relacionadas à cultura, lazer e interação social

Um primeiro passo na sua vida profissional...

12. Você já fez algum estágio com duração mínima de pelo menos um mês?

    ( ) Sim ( ) Não

...e qual o seu nível de satisfação em relação:

13. À aplicabilidade dos conteúdos ofertados no curso para a sua atuação profissional
14. Às oportunidades que a NOME DA IES oferece em relação a carreira, estágios e conhecimento sobre o mercado de trabalho

Em relação às seguintes afirmações, o quanto você concorda com:

15. O meu curso é bem visto por empresas e instituições que oferecem estágios na área.
16. A Central de Carreiras divulga os serviços que oferece.
17. A NOME DA IES oferece oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios fora do país.

Aberta (caixa de comentário)

18. E agora, fala pra gente: quais são os pontos mais bacanas oferecidos pelo #NOME DA IES para ajudar você no preparo para o mercado de trabalho?
19. ...e que pontos você acha que ainda dá para melhorar?

Sobre o atendimento da NOME DA IES...qual o seu nível de satisfação em relação à (às):

20. Clareza com que as informações são transmitidas pela NOME DA IES.
21. Disponibilidade dos funcionários para tirar dúvidas administrativas/acadêmicas.
22. Qualificação dos funcionários para tirar dúvidas administrativas/acadêmicas.

Aberta (caixa de comentário)

23. E, de novo, queremos ouvir você: Quais são os pontos fortes do atendimento da #NOME DA IES ?
24. ...e que pontos você acha que podem ser melhorados?

Vamos falar um pouco de Infraestrutura. Qual é o seu nível de satisfação em relação aos seguintes itens:

25. Áreas comuns/Convivência
26. Salas de aula
27. Biblioteca
28. Copiadora/Impressoras
29. Laboratórios de Informática
30. Laboratórios específicos de seu curso
31. Banheiros
32. Acesso à internet Wi-Fi

Aberta (caixa de comentário)

33. E aí: dos itens que você avaliou melhor, o que chama a sua atenção?
34. Dos que não estão ainda indo bem, o que você acha que pode melhorar?

E, resumindo:

35. ...numa escala de 0 a 10, quanto você indicaria a NOME DA IES para um(a) amigo(a)?

DOCENTE

E o que dizer dos(as) seus(suas) professores(as)? ...qual o seu nível de satisfação em relação à (às):

1. Qualificação dos (as) professores (as)
2. Estratégias didáticas utilizadas pelos (as) professores (as)
3. Forma com que os professores se relacionam com os alunos

Em relação às seguintes afirmações, o quanto você concorda com:

4. As relações professor-aluno ao longo do curso estimulam você a estudar e aprender.
5. As avaliações da aprendizagem realizadas pelos(as) professores(as) são compatíveis com os conteúdos ou temas trabalhados por eles(as) .

6. Os(as) professores(as) apresentam disponibilidade (presencial ou à distância) para atender você fora do horário das aulas.
7. Os(as) professores(as) demonstram domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas
8. Os(as) professores(as) incentivam você a ir além do que foi dado em sala de aula.
9. Os(as) professores(as) demonstram interesse pelo seu sucesso.

ANEXO 2 – FORMULÁRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA

E o que dizer dos (as) seus (suas) professores (as) das disciplinas híbridas? Qual o seu nível de satisfação em relação à (às):

1. Qualificação dos (as) professores (as)
2. Estratégias didáticas utilizadas pelos (as) professores (as)
3. Forma com que os professores se relacionam com os alunos

E o que dizer dos (as) seus (suas) professores (as) online? ...qual o seu nível de satisfação em relação à (às):

4. As relações professor-aluno ao longo do curso estimulam você a estudar e aprender.
5. Os professores online e presencial conversam entre si para a preparação das aulas.
6. Os conteúdos disponibilizados são atrativos e de qualidade.
7. A plataforma iLang é intuitiva e de fácil utilização.
8. Os(as) professores(as) estão utilizando atividades interativas nos encontros presenciais.
9. As avaliações da aprendizagem realizadas pelos(as) professores(as) são compatíveis com os conteúdos ou temas trabalhados por eles(as) .
10. Os(as) professores(as) incentivam você a ir além do que foi proposto no conteúdo.
11. Os(as) professores(as) demonstram interesse pelo seu sucesso.

CPA

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

unisociesc